

Imprensa e exílio: o caso do jornal *Portugal Democrático*¹

Isabel Travancas²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar algumas edições do jornal *Portugal Democrático*, criado por portugueses no exílio no Brasil durante a ditadura de Salazar (1926 – 1974). O jornal começa a circular em 1956 e chega ao fim em 1975, um ano depois da Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974. O *Portugal Democrático* era produzido em São Paulo e contava com a colaboração de jornalistas e intelectuais brasileiros também. Era um jornal “engajado”, com um objetivo claro e definido: lutar contra a ditadura salazarista fora de Portugal. Neste trabalho serão discutidos também os conceitos de exilado, refugiado e emigrante e o papel político dos jornalistas como intelectuais.

Palavras-chave

Imprensa; exílio; Portugal; intelectual.

Introdução

Exílio português, imprensa e memória. Esses são os temas que guiam essa pesquisa em fase inicial, sobre os exilados portugueses no Brasil durante a ditadura de Salazar e seus jornais. O regime autoritário português foi uma das mais longas ditaduras do século passado. Ela durou de 28 de maio de 1926 a 25 de abril de 1974, e sua figura central foi Antônio de Oliveira Salazar. Ele se tornou presidente do Conselho de Ministros em 1932 e deixou o Governo em 1968. Marcelo Caetano foi seu substituto. Este regime - que se autodenominou - Estado Novo - e durou quase cinco décadas, foi considerado um nacionalismo autoritário. Esse nacionalismo esteve ligado à ideologia colonial e à noção de império. O período Salazar se caracterizou por ser um Estado policial repressivo, que impediu a modernização, a reflexão crítica e manteve altos os índices de analfabetismo em

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Profa. Dra Isabel Travancas é formada em Jornalismo pela PUC-RIO (1985), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ (1991) e doutora em Literatura Comparada pela UERJ (1998). É professora adjunta da Escola de Comunicação da UFRJ na área de Produção Editorial.

Portugal. Dentro desse contexto o espaço para a oposição era muito restrito e muitos de seus membros decidem ou são mesmo obrigados a deixar o país.

Meu objetivo aqui é discutir a atuação desses opositores que vem para o Brasil e aqui buscam divulgar o governo autoritário e repressor português. Os periódicos que criaram são uma das formas de luta. Neste trabalho uso a expressão “oposição” sem distinguir correntes ideológicas, projetos políticos ou mesmo visões de mundo, o que certamente será realizado posteriormente.

Emigrantes, refugiados, exilados

Pensar no exílio português no Brasil é pensar em distanciamento e inevitavelmente na palavra que só existe na língua desses dois países: saudade. O intelectual Edward Said em suas reflexões sobre o exílio afirma:

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. (SAID, 2003, p.46)

Para Said, mesmo com as adaptações pessoais, “as realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre”. Ele vai mais longe ao enfatizar que a “moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados”.

Aqui vale problematizar essas categorias que estarão inseridas em um termo mais abrangente que é o estrangeiro. Estrangeiro é quem não é do lugar, do país, não pertence à aquela cultura ou fala sua língua. Mas ser exilado político é distinto de ser emigrante e mais ainda de refugiado.

A história da emigração portuguesa para o Brasil é bastante complexa. Ela deve ser pensada como um processo que não se iniciou com a Independência, mas logo após a “descoberta” no século XVI, e tem muitas nuances. “Do século XIX até 1930 foi vista como ameaça à nacionalidade brasileira; de 1930 a 1945, durante a era Vargas, assumiu o papel de reforço da nacionalidade ante a ameaça fascista”, segundo Telo da Côte (In: MARTINS, 2013, p. 39). O Brasil foi o país que mais emigrantes portugueses recebeu entre 1900 e 1967 (ESCUADERO, 2007). Uma massa de cidadãos que chegaram na ex-colônia em busca de trabalho, de uma vida melhor, muitas vezes fugindo da fome. Grande parte desses emigrantes tinha baixa escolaridade ou era quase analfabeta. O Brasil surgia como um lugar de esperança e possibilidades.

Para a historiadora Maria Luisa Paschkes

O governo de Salazar foi, sem dúvida, o primeiro da história portuguesa a estimular de forma direta e sistematicamente a emigração. Por um lado, a orientação da política econômica voltada para os setores secundário e terciário estimulou o êxodo do campo para a cidade. Por outro, a implantação posterior de uma política de emprego levou o governo a ter um maior controle das necessidades de mão de obra do mercado interno e do “excedente. (PASCHKES, 1985, p. 58)

Durante os primeiros 22 anos do regime – de 1928 a 1950 – o fluxo migratório não parou. Em 1929, por exemplo, foram 36.893 emigrantes que se dirigiram principalmente para o Brasil. Segundo Paschkes “o governo Salazar se dará conta de sua maldição: o mercado de trabalho começa a se desequilibrar por ‘fatores exteriores’ ou por ‘fenômenos extra econômicos’, numa alusão aos atrativos mercado europeu e a guerra colonial.” (PASCHKES, 1985, p.59)

Ela destaca ainda que o motivo da emigração para o Brasil era, além de fugir da miséria, “fazer fortuna” no país. E da década de 1960 em diante haverá um outro motivo para emigrar: fugir da guerra colonial.

O historiador Bruno Groppo (2002) pesquisador do exílio na Europa afirma que este fenômeno se transformou ao longo do tempo e ganhou especificidade no século XX. Ele destaca as noções de “exilado”, “refugiado” e “emigrado” para analisar a questão, já que muitas vezes são usadas como semelhantes. Ele entende o termo “refugiados” como grupo de indivíduos que tiveram que abandonar seu país por razões diversas.

Para Groppo

“o exílio político é visto como um componente de um fenômeno muito mais amplo, o dos refugiados, que atingiu um desenvolvimento espetacular a partir da Primeira Guerra Mundial e que, após ter sido um problema essencialmente europeu na primeira metade do século, tornou-se, em seguida, um problema mundial, permanecendo como tal até nossos dias.” GROPPPO, 2002, p. 70)

A seu ver, “o exílio é uma forma de migração que se distingue das migrações ditas econômicas pelo seu caráter forçado. O exílio é uma migração involuntária daquele que teria sonhado ficar em seu país, mas que foi cassado ou que teve de deixá-lo para escapar às perseguições ou à ameaças graves.” Seu objetivo é salvar a vida e a liberdade e ele é o resultado de regimes autoritários e ditatoriais. E ainda que se possa falar em exilados no plural, a experiência do exílio é vivida de forma pessoal e subjetiva. Isso fica visível na própria relação que estabelecem com o país que os acolhe.

Para o historiador Mauricio Parada (2015, p. 93) um ponto importante de distinção entre o emigrante e o exilado é a impossibilidade de retorno. “Sua trajetória depende de situações que não controla, em condição de instabilidade perpétua convive e negocia sua experiência com o outro.” A vivência do exílio vai trazer estranhamentos e desenraizamentos específicos, assim como a possibilidade/necessidade da criação de redes de solidariedade. Os depoimentos de exilados em distintos contextos explicitam isso (Rollemberg, 1999 e Barcelos, 2009) A chamada “imprensa de resistência”, cp,p destaca Parada (2015) além de aglutinar os exilados, dará voz aos seus anseios políticos e visibilidade a sua causa.

Para Edward Said (2003, p.46) a tristeza do exílio jamais será superada. “As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre”. A experiência do exílio é um elemento crucial para esta pesquisa e o grupo estudado. São jornalistas, muitos deles; intelectuais todos eles, que decidem abandonar seu país natal e vir para o Brasil expulsos por uma ditadura de longa duração. Eles vão tentar construir no país que os acolhe um espaço de resistência ao governo português através dos jornais em que atuam.

O indivíduo exilado é definido pelo antropólogo Douglas Silva (2007:16), que investigou os portugueses, como “personagem engajado em atividades coletivas de intervenção cultural e política, no estrangeiro, destinadas a por termos ao seu próprio exílio”. Vale destacar que o exílio se diferencia de outros processos migratórios pela relação que os exilados mantêm com seu país de origem. Uma relação estreita e intensa durante todo seu afastamento. Ainda que vários portugueses, depois da Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 tenham decidido ficar no Brasil, sua conexão sempre foi com Portugal e sua permanência no exílio era vivida como temporária.

Miguel Urbano Rodrigues, jornalista, comunista e um dos exilados mais atuantes no *Portugal Democrática*, fala sobre sua condição no Brasil.

O exílio é uma escola de paciência. Nenhum exilado pode manter viva a fé nos princípios que estão na origem do seu combate e sentir-se permanentemente identificado com a luta do seu povo, cumprir, numa palavra, o seu dever, se não souber vencer a amargura, o desalento, as humilhações e sobretudo a solidão que o distanciamento gera. (SILVA, 2006, p. 130).

Jornalistas e intelectuais

O conceito de intelectual tem diversas definições e aqui busco trazer sua relação com uma profissão em particular: o jornalista, papel que vários exilados vão ocupar durante

sua vivência no Brasil, escrevendo para periódicos no país. Muitos não eram jornalistas de origem, alguns se tornaram no exílio, entretanto, creio ser possível entendê-los nessa perspectiva ao analisar o jornal *Portugal Democrático*. Um jornal fundamentalmente de combate e luta.

Para o pensador francês Raymon Aron (1980) os intelectuais podem ser divididos em três grupos: os criadores, os tradutores e os vulgarizadores. Os jornalistas estariam ligados a esta última categoria por atuarem nos meios de comunicação com o objetivo de difundir a informação. Aron não traz para a discussão a atuação do intelectual no espaço público, com uma atividade mais política como aparece no olhar do historiador francês Christophe Charle (1990). Para Charle o termo intelectual nasce com a polêmica sobre o julgamento e a condenação injusta à prisão do capitão judeu Alfred Dreyfus em 1890. O ápice deste debate foi a publicação no jornal *L'Aurore* do texto “J'accuse”, do escritor Emile Zola, de apoio ao capitão e contra a sua condenação. É um momento emblemático em que um intelectual intervém com vigor no espaço público francês. É também quando esse neologismo “intelectual” adquire uma significação coletiva e social.

É interessante pensar nas diferentes visões do termo. O historiador Charle analisa o seu nascimento na França e, para ele, este conceito designava uma camada progressista, política e culturalmente, que desafiava o Estado. Assim, o nascimento dos intelectuais na França se dá pelo engajamento no espaço público. A categoria intelectual enquanto entidade autônoma e carregada de capital simbólico e político e não apenas como atividade que se opõe à atividade manual, se constituiu enquanto tal naquela ocasião. Depois do *Affaire Dreyfus* o termo não desapareceu e passou a identificar um grupo social que se definia por uma visão do mundo social, particular, baseada em valores universais.

Penso que entender os portugueses que exerceram o ofício de jornalista no seu exílio como intelectuais é também lançar mão da noção do pensador italiano Antonio Gramsci para quem a ideia de intelectual está associada a aqueles que desempenham na sociedade essa função. Gramsci afirma:

“Todos os homens são intelectuais, poder-se ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homofaber* do *homosapiens*. (...) (GRAMSCI, 1984, p. 7).

Imprensa portuguesa no exílio

A pesquisadora Heloisa Paulo (2007: p. 64) divide o jornalismo de oposição no Brasil em três fases:

- A primeira do início dos anos 30, cujo jornal *Portugal Republicano* é o mais forte representante. Escreveram nele: Bernardino Machado, Raul Proença, Ramada Curto. Além do jornal, notas publicadas na imprensa do Rio de Janeiro compõem essa etapa.

- A segunda, iniciada nos anos 40, se caracteriza pela presença dos participantes da oposição ao regime de Salazar nos jornais do país. Os principais participantes desta fase são: Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime de Moraes, Novais Teixeira, Sarmento de Beires, Thomás Ribeiro Colaço. Ainda nesta fase, alguns membros não atuam mais na imprensa e surgem novos como: Francisco Cachapuz (pseudônimo Paulo de Castro e Miguel Urbano Rodrigues). Os principais jornais que publicaram textos dos exilados foram no Rio de Janeiro: *Última Hora*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Jornal e O Estado de São Paulo*, em São Paulo.

- A terceira e última fase se caracteriza pelo surgimento dos periódicos de oposição produzidos no final dos anos 50 como *Portugal Democrático* e *Portugal Livre* que expressam a visão de distintos grupos de oposição ao regime. O primeiro foi criado por homens ligados ao Partido Comunista como Vitor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura de um lado, e republicanos como João Sarmento Pimentel.

Portugal Livre nasce em 1959 dirigido oficialmente por Cláudio Abramo, que na ocasião trabalhava em *O Estado de São Paulo*. O jornal foi idealizado por alguns exilados insatisfeitos com a linha editorial do *Portugal Democrático*, como Humberto Delgado. O periódico teve vida curta com apenas dezesseis edições de novembro de 1959 a março de 1961 e contou com a participação de Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos, Paulo de Castro, Pedroso Lima e Miguel Urbano Rodrigues

Ainda nesta terceira fase, no final dos anos 50, surge o periódico *Colônia Portuguesa*, de São Paulo, dirigido por Joaquim Duarte Batista e tendo Gonçalves Paratudo como chefe de redação. Sua característica era ser um jornal dirigido à colônia portuguesa amas com um perfil de oposição. Também de São Paulo, já nos anos 70 e pelo mesmo diretor, é criada a publicação *Semana Portuguesa*. No início dos anos 60 surge no Rio de Janeiro o jornal *Oposição Portuguesa*, cujo jornalista brasileiro Seraphim Porto era o diretor. Trata-se de uma publicação de seguidores de Humberto Delgado no Brasil. Ao final da mesma década é criado o periódico *Duas Bandeiras*. Escrevem nele Fernando Queiroga,

seu idealizador, e Roberto da Neves. Com suas críticas ao governo de Salazar atrai para ele a atenção das ditaduras portuguesa e brasileira naquele momento.

Portugal Democrático: um jornal de além-mar

A partir desse primeiro levantamento de publicações editadas no Brasil pelos exilados portugueses, um jornal se destaca: *Portugal Democrático*. Trata-se provavelmente do mais importante jornal editado pelos exilados portugueses no país. Ele era produzido em São Paulo e circulou de 7 de julho de 1956 a abril de 1975, com uma breve interrupção entre agosto de 1957 e maio de 1958. *Portugal Democrático* encerra suas atividades em abril de 1975, um ano após a Revolução dos Cravos e o fim da ditadura. Segundo Silva (2006, p. 94) o que viabilizou a longevidade do jornal foi o fato de contar com redes nacionais e internacionais que possibilitaram a sua existência e circulação, uma vez que o periódico não tinha grande penetração junto aos emigrantes portugueses no Brasil.

Reforça essa ideia a visão da historiadora Heloisa Paulo sobre a relação destes dois grupos de portugueses no país. Ela comenta que

Durante todo o período de vigência do governo ditatorial em Portugal e da actividade dos opositores no Brasil, a reacção maior contra os opositores vem dos próprios emigrantes ‘salazaristas’. Nos jornais officiosos da colônia, os artigos publicados demonstram a “aversão” a toda e qualquer acção realizada pelos opositores contra o regime de Lisboa(...) Preocupados com um possível avanço dos opositores nos órgãos da colônia, vão denunciar e “conspirar” para a segregação dos emigrados políticos. (PAULO, 2006/2007, p. 133).

A história do *Portugal Democrático* pode ser dividida em duas fases: a primeira que dura dois anos – 1956 e 1957 – quando tem uma tiragem pequena, e a segunda a partir de 1958 quando ele se torna um jornal de médio porte, com tiragem média de 4.000 exemplares. Ele é lançado com oito páginas, com periodicidade mensal, se tornando posteriormente semanal. Afirmava na primeira página: “Sai no primeiro sábado de cada mês”. No início é lido somente em São Paulo e com o tempo sua circulação se torna nacional. Seu formato é tabloide, com capa de duas cores e depois muda para *standard* com cor em algumas páginas internas. Seu diretor responsável até 1970 foi Octavio Martins de Moura e o endereço do jornal até 1958 era Rua Líbero Bardaró, 561 sala 506, em São Paulo e seu horário de funcionamento de segunda a sexta feira de 18 às 21:30. Depois o jornal passa a funcionar na rua Conselheiro Furtado, 191. A partir de 1970 Edison Rodrigues Chaves se torna seu diretor ficando no cargo até o final da existência do jornal. O preço do

exemplar era CR\$ 2,00. A assinatura anual de CR\$ 20,00 (vinte cruzeiros) e a assinatura especial de CR\$100 (cem cruzeiros).

Colaboraram com o jornal: Vítor Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, seus criadores, João Sarmiento Pimentel, Miguel Urbano Rodrigues, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Carlos Maria de Araujo, Paulo de Castro, Joaquim Barradas de Carvalho, Vicotr da Cunha Rego, João Alves das Neves, Sant’Anna Mota, Thomaz Ribeiro Colaço, Maria Archer, Augusto Aragão, Antonio Bidarra da Fonseca, Manuel Sertório, Joaquim Quitério, Francisco Vidal, Álvaro Veiga, Alexandre Ferreira, entre outros.

Primeira página do número 1 do Portugal Democrático – 7 de julho de 1956.



O primeiro número – nº 1 Ano1 – abre sua edição em vermelho e preto com um texto em formato de editorial se apresentando para o leitor. Seu slogan explica qual a sua função: levar “a verdade sobre a nova realidade portuguesa”. Sua intenção não era ser mais um jornal para portugueses no Brasil. Afirmação que demonstra o quanto era prolífica a produção jornalística para essa comunidade no país. Sua missão era produzir um jornal que buscasse a verdade e a independência. E seu público leitor eram os portugueses e brasileiros que desejavam informações sobre a situação do país.

Estamos absolutamente integrados na nossa união das forças democráticas em Portugal. (...) e que é a mais segura garantia de vitória. (...) Certeza de que os portugueses do Brasil, desejam, acima de tudo, o progresso do nosso país, dentro de um sistema democrático e digno.(...) Os nossos olhos estão sempre voltados para o interesse de Portugal.

E finalizam: “Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhosos das grandezas do passado, aqui tem pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático*.”

O primeiro número do jornal já diz a que veio. Em todos as suas oito páginas as matérias, os artigos, as colunas estão totalmente dedicados à luta contra a ditadura portuguesa em textos, em sua maioria, assinados. A primeira página traz um artigo sobre as cartas proibidas do historiador Antonio Sergio sobre Goa para o Ministro de Ultramar. Nele fica claro que colônias fazem parte das questões que preocupam a oposição. Ao lado está uma matéria sobre o campo de concentração de Tarrafal onde dezenas de portugueses foram presos e “inutilizados” (termo do jornal). Fica evidente a veemência do periódico em não poupar o governo de Salazar ao associá-lo ao nazismo e à perseguição e exterminação dos judeus na Segunda Guerra Mundial.

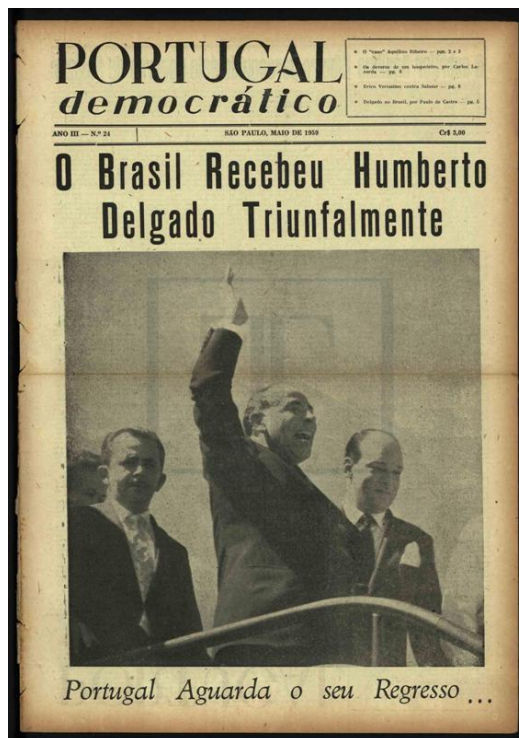
Um dado interessante, em termos jornalístico, é o fato de que quase todos os textos continuarem em outras páginas. Não aparece a preocupação em cortá-los ou reduzi-los para caber na página, mesmo no caso de um jornal sem financiamento e produzido por simpatizantes da causa e voluntários portugueses e brasileiros. Fato esse explicitado no expediente do jornal, publicado na página 2:

“Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o ‘*Portugal Democrático*’ com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende de portugueses que, apesar de emigrados, desejam que em a sua pátria vigore um regime verdadeiramente democrático. A forma mais imediata de ajudar consiste em subscrever uma assinatura anual CR\$20,00 ou uma assinatura especial Cr\$ 100,00.”
(PORTUGAL DEMOCRÁTICO, ANO 1, N 1, p. 2)

Chama a atenção ainda na primeira página o carimbo em vermelho que avisa: “Este número não foi visado pela Comissão de Censura em Portugal”. Trata-se de uma forma de explicitar a censura vigente naquele país e informar ao leitor que o jornal não tinha sofrido qualquer restrição em sua publicação.

Humberto Delgado no Brasil e o Dia da República na visão do Portugal Democrático

Depois de analisar brevemente a primeira página da primeira edição do jornal, destaco aqui a primeira página de duas datas marcantes para o movimento oposicionista português: o dia da chegada do general Humberto Delgado ao país - capa do número 24 do jornal -, em maio de 1959 e a comemoração do dia da República, - capa do número 65 -, em de outubro de 1962.



Humberto Delgado ocupa toda a primeira página do *Portugal Democrático* com a manchete e uma foto grande. “O Brasil recebeu Humberto Delgado triunfalmente” é o título que continua abaixo da imagem: “Portugal aguarda o seu regresso...” O general é um personagem complexo na história da ditadura de Salazar e de sua oposição. O militar das Forças Áreas portuguesas era simpatizante do nazismo e foi um membro ativo do “Estado Novo” em Portugal. Ocupou cargos no governo de Salazar, sendo os últimos deles adido militar na Embaixada de Portugal nos Estados Unidos e general Chefe da Missão Militar do país junto à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1952. Quando volta ao seu país é convidado a se candidatar nas eleições presidenciais de 1958 como candidato de oposição ao regime, cujo representante era Américo Tomás. Ele perde as eleições em virtude de uma fraude eleitoral, mas deixa gravada na memória a célebre frase: “Obviamente, demito-o” que deu como resposta à pergunta sobre o que faria com o presidente do Conselho, Antonio de Oliveira Salazar. Essa afirmação foi importante para a

mobilização de sua campanha que contou com o entusiasmo popular. Graças à sua coragem de se posicionar durante toda a campanha presidencial, Delgado ficou conhecido como “General sem medo”. Depois da derrota eleitoral, ele pede asilo político na Embaixada brasileira e parte para o exílio, chegando ao Brasil em maio de 1959. Essa breve biografia ajuda a entender o seu destaque na primeira página do periódico assim como o tom entusiasmado da manchete. Se pode notar que a logo do jornal tem a mesma letra e tamanho, mas apenas uma cor, sendo que a palavra Portugal tem destaque.



Dia da República em Portugal

Cinco de outubro é a data da Proclamação da República em Portugal e até hoje é feriado nacional. A historiadora Heloísa Paulo (2006/7: p.135) lembra que “as primeiras manifestações públicas da oposição são realizadas ‘às portas fechadas’, debaixo do clima de controlo imposto pelas autoridades brasileiras. A data da proclamação da República, o grande símbolo da oposição durante a vigência da ditadura, dentro e fora de Portugal, - 5 de Outubro - é o momento de confraternização dos exilados políticos. A frente das comemorações, o grupo dos “Budás”. Este grupo reunia Jaime de Morais, Alberto Moura Pinto e Jaime Cortesão defendia o ideal republicano e tinha relação com o socialismo. Seu objetivo era conseguir o apoio de outros opositores do regime, de diferentes correntes

políticas, para lutar contra Salazar. Também buscaram na sociedade brasileira, intelectuais e políticos que se juntassem à causa para conquistar a opinião pública. A partir de 1943 a “União dos Democratas Portugueses”, formada pelos “Budás” e João Sarmiento Pimentel assume o papel de representante da oposição antisalazarista no Brasil, tendo membros nos Estados Unidos e na França.

A edição do jornal do dia da República de 1962, ano VII do periódico, edição nº 65, traz na primeira página uma foto do movimento de 1910 em que as classes trabalhadoras se mobilizaram pelo fim da monarquia. A legenda da foto da época estabelece uma associação entre o movimento contra o regime de então e o de 1962 contra a ditadura portuguesa. E otimista, afirma: “Estejamos certos pois, que em breve, o nosso povo implantará a II República Portuguesa”. Ao contrário, do exemplar sobre Delgado, o de outubro, traz ainda na primeira página uma coluna à esquerda cujo título é: “Salazar contra os estudantes” que continua na página 8, como acontece com frequência no jornal e a matéria “Emigração política”.

O perfil visual do jornal nessa última edição mudou pouco. Continua monocromático mas a logo do jornal ganhou outro formato com as duas palavras com mesmo peso em letra mais grossa.

Considerações finais

A ideia deste artigo foi trazer os primeiros dados da fase inicial de uma pesquisa sobre imprensa portuguesa no exílio no Brasil e os exilados que nela atuaram ou apenas acompanharam.

Ficou claro que a presença portuguesa no Brasil foi grande e o movimento transatlântico intenso trazendo emigrantes e exilados ao longo do século XX. O jornal analisado – *Portugal Democrático* – ainda que não se restringisse a um público específico – tinha como leitor principal os exilados políticos e a intelectualidade brasileira contrária à ditadura salazarista, como destaca Silva (2006, p. 37)). Esta última além de leitora, também colaborou com o jornal como foi o caso de: Antonio Candido, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Álvaro Lins, Sérgio Buarque de Holanda, Lígia Fagundes Telles, como participou de outros movimentos e campanhas a favor da queda do governo de Salazar.

O jornal pode ser visto como um canal de expressão dessa comunidade que buscava em outro país e, fugindo da censura em Portugal, lutar pela sua causa. Produzido com rara periodicidade – mensal e durante 19 anos ininterruptos – o jornal é um caso exemplar para

pensar a relação entre o exílio e a imprensa, que não foi, nem é particularidade dos exilados portugueses. Os exilados italianos durante o fascismo, assim como os brasileiros durante a ditadura militar, também produziram jornais e revistas com o intuito de divulgar a situação em seu país e mobilizar a comunidade internacional (ROLLEMBERG, 1999)

Gostaria de destacar também que tanto o jornal *Portugal Democrático* como outros jornais e revistas produzidos por exilados políticos portugueses no Brasil não se encontram no Real Gabinete Português de Leitura. O *Portugal Democrático* está disponível no Brasil apenas na Biblioteca Nacional onde há cerca de 50 edições do jornal do período de 1959 a 1967. O fato de estas publicações não terem sido divulgados, nem muitos menos arquivadas pelos órgãos de preservação ligados ao Governo de Salazar, ajuda a entender a dimensão do controle da difusão destes periódicos no Brasil.

Por fim, reafirmo que esta é a primeira produção de uma pesquisa que analisará de forma mais intensa e extensa os jornais aqui listados e também, em uma segunda etapa, realizará entrevistas com exilados políticos portugueses sobre suas histórias de vida e a imprensa no exílio.

Referências bibliográficas

ARON, Raymond. *Ópio dos intelectuais*. Brasília: Ed. UNB, 1980.

BARCELOS, Thatiana & GOULART, Ana Paula. *Militantes e jornalismo: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura*. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Intercom, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0976-1.pdf>

Acessado em 14 de julho de 2016.

CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels – 1880- 1900*. Paris: Minit, 1990.

ESCUADERO, Camila. *Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e identidade: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROPPO, Bruno “Os exílios europeus no século XX”. IN: *Diálogos*, Maringá, DHI/UEM, v. 6, pp.69-100, 2002.

- MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, F. *Emigração Portuguesa Para o Brasil*. Porto, Portugal: CEPESE/Universidade do Porto, Edições Afrontamento, 2007. v. 1.
- PARADA, Maurício. “Reinvenções de si: o exílio como deslocamento e crítica”. IN: *Projeto História*. São Paulo, nº 53, pp88-120, maio-agosto, 2015.
- PASCHKES, Maria Luisa de Almeida. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAULO, Heloísa. “O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros.” IN: *Estudos do Século XX*, nº7, 2007, p. 61-76.
- _____. “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antissalazarista”. In: *Portuguese Studies Review* 14, (2), 2006-2007, p. 125-142.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro: 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.